

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL****Assessoria Jurídico-Legislativa**

Despacho - SODF/AJL

Brasília-DF, 18 de novembro de 2020.

Ao Gabinete,

Trata-se do Ofício - GP nº 10282.2020 ([50770795](#)) procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual encaminha Despacho Singular n.º 330/2020-RR, que trata da representação formulada pela empresa **JM Terraplanagem e Construções Ltda.**, com pedido liminar, acerca de supostas irregularidades que estariam sendo cometidas pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF ao não efetuar, na íntegra, o pagamento dos valores devidos pela prestação de serviços decorrentes dos Contratos nº 005/2015 e 008/2015, realizados no período de 1/8/2016 a 30/11/2016.

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica, por meio do Despacho SODF/GAB/ASSESP ([51042145](#)), para ciência e manifestação quanto a documentação apresentada pela contratada.

Do Despacho nº 330/2020 - TCDF, extrai-se o seguinte:

Conforme exposto no relatório, a Representante JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM apresenta novo documento intitulado Elementos Adicionais e requerer a concessão de medida cautelar. A Unidade Técnica assevera, entre outros apontamentos, que o documento ora apresentado, à exceção do pedido de medida cautelar, em nada inova, em substância, aos fatos já apresentados a este Tribunal por intermédio das representações conhecidas via Decisão nº 1012/2020, quais sejam: glosas efetuadas pela SODF referentes ao item do orçamento denominado “Administração Local”. No entanto, considerando o pedido de medida cautelar, a Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SEGEM realizou análise de admissibilidade da documentação e, ao considerá-la como adendo de representações anteriores, assevera que preenche os requisitos de admissibilidade previstos no RITCDF. Pois bem. Inicialmente, deixo de me manifestar acerca do item c das sugestões da Unidade Técnica, relativo à ciência da apresentação de informações da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, para me fixar, nesta fase, à admissibilidade da representação e ao pleito da medida cautelar requerida. Em relação ao documento de Peça 70, concordo com a Unidade Técnica no sentido de acolhê-lo, pois preenche os requisitos regimentais. Quanto ao pedido de medida cautelar, a Representante pleiteia ao Tribunal determinar à Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal abster-se de realizar glosas no pagamento da empresa mantendo o pagamento mensal sob pena de desequilíbrio econômico-financeiro, até o deslinde da questão. Inicialmente, convém esclarecer que já deixei assentado anteriormente (Peça 12) que, inobstante o claro interesse particular em perceber os frutos de eventual débito a ser pago pelo Erário, as Representações, ainda sem análise de mérito, apontam a ocorrência de possível irregularidade/ilegalidade na gestão contratual da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF. Feita essa observação, considerando o documento de Peça 70 como adendo das representações anteriores, entendo, ao menos em sede de juízo de cognição sumária, que os elementos informativos carreados pela Representante não são suficientes para que se possa autorizar o deferimento da medida preventiva requerida. Isso porque, apesar de probabilidade de existência do direito

afirmado pela Representante, não está presente na peça ora examinada o perigo da demora, não havendo, repito, em juízo de cognição sumária, risco de que o possível direito da Representante sofra um dano de difícil ou impossível reparação.

Pelo exposto, DECIDO:

I - conhecer: a) da Informação nº 90/2020-SEGEM/DIGEM2 (Peça 72); b) da documentação apresentada pela empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. (Peça 70);

II - indeferir o pedido de concessão de medida cautelar pleiteado pela empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. por ausência de pressuposto que autorize a medida requerida;

**III - determinar à Secretaria de Obras e infraestrutura do Distrito Federal – SODF que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre os novos documentos apresentados pela aludida empresa;**

IV - autorizar: a) a ciência desta decisão à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF e à representante, informando a esta que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) - Espaço do Cidadão -Acompanhamento por e-mail); b) a disponibilização à Jurisdicionada da Informação nº 90/2020-SEGEM/DIGEM2, desta decisão e da documentação de Peça 70 e respectivos anexos associados aos autos, para conhecimento de seu teor, de forma a subsidiar o cumprimento do item III acima; c) o retorno dos autos à SEGEM para as providências cabíveis.

**Pois bem.** Passamos aos esclarecimentos que nos cabem acerca do teor da presente Representação. Na referida representação, a contratada afirma que :

Já é de conhecimento dessa colenda Corte de Contas que a empresa PETICIONANTE apresentou Representações junto a este Tribunal requerendo a regularização no pagamento de valores devidos pela prestação de serviços decorrentes do Contrato nº 008/2015 – SINESP (Vicente Pires – Lote 01) e do Contrato nº 005/2015 – SINESP (Vicente Pires – Lote 07), firmados entre a empresa JM TERRAPLANAGEM e a Secretaria de Obras – SODF. A discussão reside em glosas que estão sendo efetuadas nas medições da empresa no item referente a “Administração local”, item este previsto como pagamento mensal na planilha de preços em vista dos custos fixos no período de mobilização que devem ser pagos mensalmente no curso da mobilização da empresa. É fundamental destacar, no ponto, que esse item específico do custo constou desde a proposta de preços apresentada na licitação (...)

Em seus pedidos, a contratada requereu:

a) CAUTELARMENTE determinar a Secretaria de Estado de Obras de abster-se de realizar glosas no pagamento da JM com relação a administração local mantendo o pagamento mensal sob pena de desequilíbrio econômico-financeiro até o deslinde da questão;

Consoante se extrai do Despacho nº 330/2020 - TCDF mencionado acima, nota-se que o pedido da empresa contratada foi negado, vejamos:

Pelo exposto, DECIDO:

II - **indeferir o pedido de concessão de medida cautelar** pleiteado pela empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. por ausência de pressuposto que autorize a medida requerida;

Por fim, no mérito, a contratada requereu:

b)NO MÉRITO, ACOLHER os argumentos aqui expedidos, pela juridicidade de que se revestem determinando a Administração que mantenha o pagamento do item administração local por ser este legalmente devido.

Logo, no que tange a afirmação da contratada, de que houve glosa inexistente no item "administração local", em que pese toda a argumentação levantada, cabe destacar que as glosas efetuadas foram feitas de acordo com a Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Decisão n.º 437/2011 ([51566049](#)), da qual se extrai:

O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Conselheira MARLI VINHADELI, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada nos termos do art. 71 do RI/TCDF, decidiu: I. tomar conhecimento da Consulta formulada pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, dos documentos anexos e da informação do órgão técnico; II. informar ao Procurador-Geral do Distrito Federal que: a) o pagamento de despesas de exercícios anteriores efetuados pelos órgãos e entidades incluídos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deverá respeitar o que dispõe a legislação a respeito, em especial os arts. 37 e 63 da Lei nº 4.320/64 e 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, destacando que a fundamentação insuficiente ou impertinente no ato de reconhecimento de dívida poderá levar à responsabilização civil, penal e administrativa dos responsáveis; b) o fornecimento de serviços, obras e bens sem cobertura contratual, fora das hipóteses ressalvadas em lei, dará ao fornecedor o direito a ser indenizado somente pelo que aproveitou à Administração, retirando-se quaisquer lucros ou ressarcimentos pelos demais gastos, sem prejuízo de responsabilização do gestor que der causa à despesa em desconformidade com a lei; c) não poderá alegar boa-fé o particular que fornece bens, obras ou serviços sem respeitar disposição legal vigente, em especial o art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93;

Ainda sobre a questão da administração local, cabe registrar que a atuação desta Secretaria fundamentou-se na orientação realizada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que consultada sobre tema, exarou o Parecer n.º 350/2019 – PGCONS/PGDF ([51570614](#)), assim ementado:

ADMINISTRATIVO. SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL. CONTRATO N.º 008/2015 - SINESP. DÚVIDAS ACERCA DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DOS ITENS DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL - POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DESSES ITENS PELO PERCENTUAL DE AVANÇO DA OBRA E EFETUAR GLOSA FINANCEIRA DE TAIS ITENS DESDE QUE HAJA ANUÊNCIA DA EMPRESA CONTRATADA.

1. Ausente previsão expressa no edital e contrato sobre o critério para pagamento dos itens de Administração local, há de se levar em conta a recomendação contida no Relatório de Inspeção nº 2/2016 - DIAOS/COLES/SUBCI/CGDF, da Controladoria-Geral do Distrito Federal, no sentido da compatibilidade do pagamento com o avanço físico da obra, na linha da jurisprudência do TCU expressa nos Acórdãos 2622/2013, 2.369/2011 e 3103/2010, todos do Plenário daquela Corte de Contas.

2. As glosas de valores referentes ao pagamento do item Administração local poderão ser efetuadas, na forma de retenção de pagamentos, até que se chegue ao equilíbrio contratual, desde que haja anuência da contratada ou, na hipótese de não haver anuência, mediante o reconhecimento da nulidade do contrato administrativo pela prática de ato de gestão antieconômica (sobrepço), com fundamento no art. 59 da Lei n.º 8.666/93, observado o devido processo legal e apurando-se as responsabilidades pela ocorrência da nulidade.

3. Parecer pela legalidade do pagamento do item de Administração local pelo percentual de avanço da obra e pela manutenção das glosas, na forma exposta no opinativo.

Na Cota de Aprovação ([51570614](#)- fls.11-12), a Procuradora-Chefe em substituição aprovou parcialmente o referido parecer. Vejamos:

ADMINISTRATIVO. PARECER Nº 350/2019 - PGCONS/PGDF. APROVAÇÃO PARCIAL. DÚVIDAS ACERCA DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DOS ITENS DE

ADMINISTRAÇÃO LOCAL - POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DESSES ITENS PELO PERCENTUAL DE AVANÇO DA OBRA E EFETUAR GLOSA FINANCEIRA DE TAIS ITENS SEM NECESSIDADE DE ANUÊNCIA DA EMPRESA CONTRATADA. Não há necessidade de aquiescência da empresa contratada para a realização de novas glosas de valores decorrentes de medições do item "Administração Local", em razão dos próprios motivos que embasaram a metodologia já adotada pela Administração nas glosas anteriores. Parecer que, ao condicionar a glosa de valores referentes ao pagamento do item "Administração Local" à anuência da empresa contratada, não deve ser aprovado no ponto.

Ademais, cabe destacar que o entendimento em questão está em consonância com a orientação do Tribunal de Contas da União:

Sobre isso, é recomendável que os critérios de medição dos custos da administração local estejam atrelados ao andamento da obra e os seus itens medidos de forma proporcional à execução financeira, de forma a resguardar o ritmo programado da obra que não será beneficiada com aditivos de prorrogação de prazo em decorrência de atrasos injustificáveis e a garantir que a obra chegue ao fim juntamente com a medição e o pagamento de 100% da parcela de administração local, conforme entendimento contido no relatório que antecede o Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário. (ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa)

Por fim, considerando todos os levantamentos apontados no presente despacho, não há que se falar em deferimento de quaisquer dos pedidos postulados pela contratada, tendo em vista que a atuação desta Secretaria fundamentou-se na orientação do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que vem atuando de forma diligente nas demandas apresentadas, observando-se o devido processo legal e os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Ante o exposto, encaminhamos os autos ao Gabinete, para ciência e adoção das providências cabíveis quanto ao envio das informações **ao Tribunal de Contas do Distrito Federal**.

Segue, abaixo, sugestão da **Minuta do Ofício**.

Atenciosamente,

Sandy M. Marques  
Assessora Especial/AJL

Aryadne B. Porciuncula  
Chefe/AJL

#### MINUTA DE OFÍCIO

Processo SEI nº [00110-00003542/2019-79](#)

Processo: nº 26.873/2019-e

Assunto: Resposta ao Ofício nº - GP nº 10282.2020 ([50770795](#)) procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual encaminha Despacho Singular n.º 330/2020-RR.

**Senhora Presidente Conselheira,**

Ao cumprimentá-la, dirijo-me a Vossa Excelência para reportar ao **Ofício - GP nº 10282.2020 (50770795)** procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual encaminha Despacho Singular n.º 330/2020-RR, que trata da representação formulada pela empresa **JM Terraplanagem e Construções Ltda.**, com pedido liminar, acerca de supostas irregularidades que estariam sendo cometidas pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF ao não efetuar, na íntegra, o pagamento dos valores devidos pela prestação de serviços decorrentes dos Contratos nº 005/2015 e 008/2015, realizados no período de 1/8/2016 a 30/11/2016.

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica, por meio do Despacho SODF/GAB/ASSESP (51042145), para ciência e manifestação quanto a documentação apresentada pela contratada.

Do Despacho nº 330/2020 - TCDF, extrai-se o seguinte:

Conforme exposto no relatório, a Representante JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM apresenta novo documento intitulado Elementos Adicionais e requerer a concessão de medida cautelar. A Unidade Técnica assevera, entre outros apontamentos, que o documento ora apresentado, à exceção do pedido de medida cautelar, em nada inova, em substância, aos fatos já apresentados a este Tribunal por intermédio das representações conhecidas via Decisão nº 1012/2020, quais sejam: glosas efetuadas pela SODF referentes ao item do orçamento denominado “Administração Local”. No entanto, considerando o pedido de medida cautelar, a Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SEGEM realizou análise de admissibilidade da documentação e, ao considerá-la como adendo de representações anteriores, assevera que preenche os requisitos de admissibilidade previstos no RITCDF. Pois bem. Inicialmente, deixo de me manifestar acerca do item c das sugestões da Unidade Técnica, relativo à ciência da apresentação de informações da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, para me fixar, nesta fase, à admissibilidade da representação e ao pleito da medida cautelar requerida. Em relação ao documento de Peça 70, concordo com a Unidade Técnica no sentido de acolhê-lo, pois preenche os requisitos regimentais. Quanto ao pedido de medida cautelar, a Representante pleiteia ao Tribunal determinar à Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal abster-se de realizar glosas no pagamento da empresa mantendo o pagamento mensal sob pena de desequilíbrio econômico-financeiro, até o deslinde da questão. Inicialmente, convém esclarecer que já deixei assentado anteriormente (Peça 12) que, inobstante o claro interesse particular em perceber os frutos de eventual débito a ser pago pelo Erário, as Representações, ainda sem análise de mérito, apontam a ocorrência de possível irregularidade/ilegalidade na gestão contratual da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF. Feita essa observação, considerando o documento de Peça 70 como adendo das representações anteriores, entendo, ao menos em sede de juízo de cognição sumária, que os elementos informativos carreados pela Representante não são suficientes para que se possa autorizar o deferimento da medida preventiva requerida. Isso porque, apesar de probabilidade de existência do direito afirmado pela Representante, não está presente na peça ora examinada o perigo da demora, não havendo, repito, em juízo de cognição sumária, risco de que o possível direito da Representante sofra um dano de difícil ou impossível reparação.

Pelo exposto, DECIDO:

I - conhecer: a) da Informação nº 90/2020-SEGEM/DIGEM2 (Peça 72); b) da documentação apresentada pela empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. (Peça 70);

II - indeferir o pedido de concessão de medida cautelar pleiteado pela empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. por ausência de pressuposto que autorize a medida requerida;

**III - determinar à Secretaria de Obras e infraestrutura do Distrito Federal – SODF que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre os novos documentos apresentados pela aludida empresa;**

IV - autorizar: a) a ciência desta decisão à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF e à representante, informando a esta que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) - Espaço do Cidadão -Acompanhamento por e-mail); b) a disponibilização à Jurisdicionada da Informação nº 90/2020-SEGEM/DIGEM2, desta decisão e da documentação de Peça 70 e respectivos anexos associados aos autos, para conhecimento de seu teor, de forma a subsidiar o cumprimento do item III acima; c) o retorno dos autos à SEGEM para as providências cabíveis.

**Pois bem.** Passamos aos esclarecimentos que nos cabem acerca do teor da presente Representação. Na referida representação, a contratada afirma que :

Já é de conhecimento dessa colenda Corte de Contas que a empresa PETICIONANTE apresentou Representações junto a este Tribunal requerendo a regularização no pagamento de valores devidos pela prestação de serviços decorrentes do Contrato nº 008/2015 – SINESP (Vicente Pires – Lote 01) e do Contrato nº 005/2015 – SINESP (Vicente Pires – Lote 07), firmados entre a empresa JM TERRAPLANAGEM e a Secretaria de Obras – SODF. A discussão reside em glosas que estão sendo efetuadas nas medições da empresa no item referente a “Administração local”, item este previsto como pagamento mensal na planilha de preços em vista dos custos fixos no período de mobilização que devem ser pagos mensalmente no curso da mobilização da empresa. É fundamental destacar, no ponto, que esse item específico do custo constou desde a proposta de preços apresentada na licitação (...)

Em seus pedidos, a contratada requereu:

a) CAUTELARMENTE determinar a Secretaria de Estado de Obras de abster-se de realizar glosas no pagamento da JM com relação a administração local mantendo o pagamento mensal sob pena de desequilíbrio econômico-financeiro até o deslinde da questão;

Consoante se extrai do Despacho nº 330/2020 - TCDF mencionado acima, nota-se que o pedido da empresa contratada foi negado, vejamos:

Pelo exposto, DECIDO:

**II - indeferir o pedido de concessão de medida cautelar** pleiteado pela empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. por ausência de pressuposto que autorize a medida requerida;

Por fim, no mérito, a contratada requereu:

b)NO MÉRITO, ACOLHER os argumentos aqui expedidos, pela juridicidade de que se revestem determinando a Administração que mantenha o pagamento do item administração local por ser este legalmente devido.

Logo, no que tange a afirmação da contratada, de que houve glosa indevida do item “*administração local*”, em que pese toda a argumentação levantada, cabe destacar que as glosas efetuadas foram feitas de acordo com a Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Decisão n.º 437/2011 ([51566049](#)), da qual se extrai:

O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Conselheira MARLI VINHADELI, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada nos termos do art. 71 do RI/TCDF, decidiu: I. tomar conhecimento da Consulta formulada pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, dos documentos anexos e da informação do órgão técnico; II. informar ao Procurador-Geral do Distrito Federal que: a) o pagamento de despesas de exercícios anteriores efetuados pelos órgãos e entidades incluídos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deverá



respeitar o que dispõe a legislação a respeito, em especial os arts. 37 e 38 da Lei nº 4.320/64 e 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, destacando que a fundamentação insuficiente ou impertinente no ato de reconhecimento de dívida poderá levar à responsabilização civil, penal e administrativa dos responsáveis; b) o fornecimento de serviços, obras e bens sem cobertura contratual, fora das hipóteses ressalvadas em lei, dará ao fornecedor o direito a ser indenizado somente pelo que aproveitou à Administração, retirando-se quaisquer lucros ou ressarcimentos pelos demais gastos, sem prejuízo de responsabilização do gestor que der causa à despesa em desconformidade com a lei; c) não poderá alegar boa-fé o particular que fornece bens, obras ou serviços sem respeitar disposição legal vigente, em especial o art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93;

Ainda sobre a questão da administração local, cabe registrar que a atuação desta Secretaria fundamentou-se na orientação realizada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que consultada sobre tema, exarou o Parecer n.º 350/2019 – PGCONS/PGDF ([51570614](#)), assim ementado:

ADMINISTRATIVO. SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL. CONTRATO N.º 008/2015 - SINESP. DÚVIDAS ACERCA DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DOS ITENS DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL - POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DESSES ITENS PELO PERCENTUAL DE AVANÇO DA OBRA E EFETUAR GLOSA FINANCEIRA DE TAIS ITENS DESDE QUE HAJA ANUÊNCIA DA EMPRESA CONTRATADA.

1. Ausente previsão expressa no edital e contrato sobre o critério para pagamento dos itens de Administração local, há de se levar em conta a recomendação contida no Relatório de Inspeção nº 2/2016 - DIAOS/COLES/SUBCI/CGDF, da Controladoria-Geral do Distrito Federal, no sentido da compatibilidade do pagamento com o avanço físico da obra, na linha da jurisprudência do TCU expressa nos Acórdãos 2622/2013, 2.369/2011 e 3103/2010, todos do Plenário daquela Corte de Contas.
2. As glosas de valores referentes ao pagamento do item Administração local poderão ser efetuadas, na forma de retenção de pagamentos, até que se chegue ao equilíbrio contratual, desde que haja anuência da contratada ou, na hipótese de não haver anuência, mediante o reconhecimento da nulidade do contrato administrativo pela prática de ato de gestão antieconômica (sobrepço), com fundamento no art. 59 da Lei n.º 8.666/93, observado o devido processo legal e apurando-se as responsabilidades pela ocorrência da nulidade.
3. Parecer pela legalidade do pagamento do item de Administração local pelo percentual de avanço da obra e pela manutenção das glosas, na forma exposta no opinativo.

Na Cota de Aprovação ([51570614](#)- fls.11-12), a Procuradora-Chefe em substituição aprovou parcialmente o referido parecer. Vejamos:

ADMINISTRATIVO. PARECER Nº 350/2019 - PGCONS/PGDF. APROVAÇÃO PARCIAL. DÚVIDAS ACERCA DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DOS ITENS DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL - POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DESSES ITENS PELO PERCENTUAL DE AVANÇO DA OBRA E EFETUAR GLOSA FINANCEIRA DE TAIS ITENS SEM NECESSIDADE DE ANUÊNCIA DA EMPRESA CONTRATADA. Não há necessidade de aquiescência da empresa contratada para a realização de novas glosas de valores decorrentes de medições do item "Administração Local", em razão dos próprios motivos que embasaram a metodologia já adotada pela Administração nas glosas anteriores. Parecer que, ao condicionar a glosa de valores referentes ao pagamento do item "Administração Local" à anuência da empresa contratada, não deve ser aprovado no ponto.

Ademais, cabe destacar que o entendimento em questão está em consonância com a orientação do Tribunal de Contas da União:

Sobre isso, é recomendável que os critérios de medição dos custos da administração local estejam atrelados ao andamento da obra e os seus itens medidos de forma proporcional à execução financeira, de forma a resguardar o ritmo programado da obra que não será beneficiada com aditivos de prorrogação de prazo em decorrência de atrasos injustificáveis e a garantir que a obra chegue ao fim juntamente com a medição e o pagamento de 100% da parcela de administração local, conforme entendimento contido no relatório que antecede o Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário. (ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa)

Por fim, considerando todos os levantamentos apontados no presente despacho, não há que se falar em deferimento de quaisquer dos pedidos postulados pela impetrante, tendo em vista que a atuação desta Secretaria fundamentou-se na orientação do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que vem atuando de forma diligente nas demandas apresentadas, observando-se o devido processo legal e os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Seguem, em anexo, os documentos acima referenciados, bem como cópia dos seguintes:

- Despacho - SODF/SUAF/ASSESP ([50802122](#))
- Despacho SODF/AJL ([51087770](#));
- Decisão 437/2011-TCDF ([51566049](#));
- Parecer nº350/2019-PGDF/PGCONS ([51570614](#))
- Cópia do Processo 00110-00000659/2019-09

No mais, permanecemos à disposição para dirimir eventuais dúvidas acerca do assunto.

**LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado

A Sua Excelência a Senhora

**ANILCÉIA LUZIA MACHADO**

Presidente Conselheira do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, Brasília/DF.

CEP: 70075-901



Documento assinado eletronicamente por **ARYADNE BEZERRA PORCIUNCULA - Matr.0273524-5, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa**, em 26/11/2020, às 18:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **51087770** código CRC= **B7F099A4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

3306-5011



Criado por [sandy.marques](#), versão 10 por [aryadne.porciuncula](#) em 26/11/2020 18:12:24.